

e a remuneração base mensal de € 683,13, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 1 de julho de 2018, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 92.º, n.ºs 1 e 2, alínea b), 93.º, n.º 3, alínea b), 94.º, n.º 1, alínea a), 97.º, n.º 1, e 153.º, n.º 3, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e artigo 20.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018).

A Vereadora com competência delegada pelo Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho,

10 de agosto de 2018. — A Vereadora, *Carla Guerreiro*.  
311593444

### Aviso n.º 12284/2018

#### Pessoal desligado do serviço

Na qualidade de vereadora com competência delegada, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho, torna-se público, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a cessação dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado dos trabalhadores que a seguir se individualizam, por motivo de serem desligados do serviço:

Eduarda Maria Nunes Santos Lico, com a categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 3, nível remuneratório 3 da Tabela Remuneratória Única (TRU), a que corresponde a remuneração base mensal de 583,58€ com efeitos a partir de 01/09/2018;

Luis Manuel Liberato Santos Mendes, com a categoria de Assistente Operacional, posição remuneratória 3, nível remuneratório 3 da Tabela Remuneratória Única (TRU), a que corresponde a remuneração base mensal de 583,58€ com efeitos a partir de 01/09/2018;

A Vereadora com competência delegada pelo Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho.

13 de agosto de 2018. — A Vereadora, *Carla Guerreiro*.  
311593469

## MUNICÍPIO DE SILVES

### Aviso n.º 12285/2018

Para os devidos efeitos se torna público, que nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro de 2009, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — área de atividade Auxiliar de Ação Educativa, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de oito de agosto de dois mil e dezassete, foi homologada pela Presidente da Câmara Municipal de Silves em treze de agosto de dois mil e dezoito, encontrando-se afixada no placard da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Silves e disponibilizada no site do Município ([www.cm-silves.pt](http://www.cm-silves.pt)).

13 de agosto de 2018. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

311585247

## MUNICÍPIO DE TÁBUA

### Aviso (extrato) n.º 12286/2018

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que, nos termos do meu despacho n.º 20/RH/2018, de 29 de junho de 2018, referente ao concursal comum aberto por publicação do Aviso n.º 221/2017, no *Diário da República*, 2.ª série, Parte H, n.º 4, de 5 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48/2017, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, Parte H, n.º 11, de 16 de janeiro, para celebração de contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado (relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), para ocupação de cinco postos de trabalho na categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, na área de serviços gerais, e após conclusão da fase de negociação a que alude o artigo 38.º, da LTFP (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram celebrados contratos de trabalho

em funções públicas por tempo indeterminado, com a remuneração mensal ilíquida de 580,00€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional, nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única, com os seguintes candidatos:

Com efeitos a 1 de julho de 2018: Ana Paula Mendes Alves, Bruno Gonçalo Gil Santos, Maria da Conceição Nunes Costa, e Marlene Pereira Quaresma;

Com efeitos a 1 de agosto de 2018: Bruno Miguel Nunes Gonçalves. Mais se faz público que, para o período experimental de 90 dias, nomeei o seguinte júri:

Presidente: Rui Francisco Figueiredo Alves, Técnico Superior na área de Educação Física;

Vogais efetivos: Paula Cristina Fernandes da Silva Reis, Técnica Superior na área de Educação Física, e Rui Alexandra Ferreira Vaz, Técnico Superior na área de Educação Física;

Vogais suplentes: Nuno Miguel Barbosa Ribeiro, Técnico Superior na área de Educação Física, e Mário Alberto da Silva Amaro, Técnico Superior na área de Educação Física.

4 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida Loureiro*.

311558574

### Aviso (extrato) n.º 12287/2018

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, faz-se público que, nos termos do meu despacho n.º 21/RH/2018, de 29 de junho de 2018, referente a procedimentos concursais comuns abertos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, estabelecido pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, por publicação de aviso na página eletrónica institucional do Município de Tábua e na Bolsa de Emprego Público, a 13 de abril de 2018, para celebração de contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado (relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), para ocupação de vários postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal do Município de Tábua, e após conclusão da fase de negociação a que alude o artigo 38.º, da LTFP (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os seguintes candidatos, com efeitos a 2 de julho de 2018:

Na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, com a remuneração mensal de 1.201,48€ (mil, duzentos e um euros, e quarenta e oito centimos), correspondente à posição 2 da categoria de Técnico Superior, nível 15 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na área de:

Engenharia Civil: Andreia Leal Coelho;  
Psicologia: Filipa Alexandra Almeida Henriques.

Na carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional, na área de Serviços Gerais (Cultura), com a remuneração mensal de 580,00€ (quinhentos e oitenta euros), correspondente à posição 1 da categoria de Assistente Operacional, nível 1 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro: Ana Teresa Pereira de Sá, Cristina Maria Lopes Nunes, e Maria José de Carvalho Pinto Carington da Costa.

Mais se faz público que, todos os trabalhadores supra referidos ficam isentos do cumprimento do período experimental, por aplicação do artigo 11.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

4 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida Loureiro*.

311558541

### Aviso (extrato) n.º 12288/2018

Para efeitos do disposto nos números 2 e 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que se encontram disponíveis para consulta, a lista unitária de ordenação final do candidatos, devidamente homologada, nos locais do estilo da Câmara Municipal de Tábua e na nossa página eletrónica oficial em <http://www.cm-tabua.pt/index.php/inicio/rh/regularizacao-de-vinculos-precarios>, relativamente ao procedimento concursal comum, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, estabelecido pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, por publicação de aviso na página eletrónica institucional do Município de Tábua e na Bolsa de Emprego Público, a 13 de abril de 2018, para celebração de contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado (relação jurí-